ISSN: 2358-8829

XI ENCONTRO DOS NAPNES DO IFCE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Jaciara Lourenço dos Santos [1]
Sharlene Pereira Alves [2]
Kleiane Bezerra de Sá [3]

INTRODUÇÃO

A inclusão de pessoas com deficiência nos ambientes escolares é um processo relativamente recente. Historicamente, esse grupo foi sistematicamente excluído tanto da sociedade quanto dos espaços educacionais, uma vez que a escola era destinada apenas aos indivíduos considerados "normais", segundo os padrões sociais e educacionais vigentes à época.

Hoje em dia, proporcionar acessibilidade e inclusão implica reconhecer e enfrentar as diferentes barreiras que podem limitar a participação, a aprendizagem e a permanência dos estudantes, considerando dimensões arquitetônicas, comunicacionais, pedagógicas, tecnológicas e atitudinais. No âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), os Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNEs) constituem importantes espaços institucionais para a articulação de ações voltadas à acessibilidade, à inclusão e à promoção de uma cultura de respeito à diversidade.

Presentes nos 33 campi do IFCE, os NAPNEs constituem espaços estratégicos de discussão e promoção da inclusão, envolvendo a comunidade interna e externa, com e sem deficiência. Nesse contexto, os Encontros dos NAPNEs representam um importante momento institucional de formação, troca de experiências e compartilhamento de práticas, favorecendo a articulação entre os diferentes territórios da instituição e o fortalecimento das políticas de acessibilidade.

[1] Graduanda do Curso de Licenciatura em Letras do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE Campus Tauá, jaciara.lourenco.santos01@aluno.ifce.edu.br;
[2] Doutoranda da Rede Nordeste de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - CE, Grupo de Pesquisa Corpo, Trabalho e Educação, sharlene.pereira02@aluno.ifce.edu.br;
[3] Doutora em Linguística na UFC, Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - CE, kleiane.bezerra@ifce.edu.br.

O primeiro Encontro dos NAPNEs aconteceu em 2013, no Campus Fortaleza, antecedido por ações desenvolvidas desde 2005 na antiga Escola Agrotécnica de Iguatu, relacionadas à tecnologia assistiva e à promoção da diversidade. Em 2014, o II Encontro foi realizado no Campus Acaraú; em 2016, o III Encontro ocorreu no Campus Canindé; e, em 2017, o IV Encontro teve como sede o Campus Juazeiro do Norte. Na sequência, o V Encontro foi realizado na Reitoria, em 2018, e o VI, em 2019, no Campus Morada Nova.

Após a interrupção provocada pela pandemia, o VII Encontro ocorreu em formato remoto, em 2021, enquanto o VIII foi sediado pelo Campus Paracuru, em 2022. Em 2023, o IX Encontro assumiu caráter itinerante, passando pelos campi Iguatu, Cedro e Acopiara, e, em 2024, o X Encontro foi realizado no Campus Guaramiranga. Ao longo desse percurso, as temáticas, ainda que todas envolvidas com a pauta da inclusão, foram bem diversas: das discussões iniciais sobre a constituição e regulamentação dos NAPNEs, passaram a contemplar práticas pedagógicas inclusivas, adaptação curricular, audiodescrição, permanência e êxito, enfrentamento ao capacitismo, comunicação acessível, valorização dos profissionais da acessibilidade e, mais recentemente, neurodiversidade e autismo.

A distribuição das edições entre diferentes regiões do estado e a adoção de formatos presencial, remoto e itinerante foi importante para descentralizar a escolha das sedes no intuito de não apenas privilegiar a capital do estado, Fortaleza, mas que pudesse também visitar suas diferentes regiões - os sertões Central e do Cariri, as regiões de montanha e também o litoral. Além disso, foi considerado viável a articulação intercampi, sendo até mesmo possível sedes duplas ou triplas, dando ao evento o devido reconhecimento merecido como um espaço ímpar de formação, diálogo e construção coletiva das políticas de acessibilidade do IFCE. É nesse contexto de continuidade e, ao mesmo tempo, de renovação das experiências que se insere o XI Encontro dos NAPNEs do IFCE, realizado no Ceará em outubro de 2025, nos campi de Boa Viagem e Tauá.

Diante do exposto, este trabalho teve como objetivo descrever vivências na oportunidade de uma monitoria voluntária no XI Encontro dos NAPNES, realizada no Instituto Federal de Educação do Ceará, nos campi Tauá e Boa Viagem.

METODOLOGIA

ISSN: 2358-8829

O presente estudo tratou-se de um relato de experiência concernente à monitoria voluntária exercida durante o XI Encontro dos NAPNES do IFCE. Esse evento ocorreu em outubro de 2025 em dois campi do IFCE, na região do sertão do Ceará.

A experiência foi vivenciada por uma acadêmica do curso de Letras e uma servidora da referida instituição, enquanto desenvolviam o trabalho de organização do evento. Os resultados despontaram-se das experiências do planejamento para o evento, da preparação local e dos encaminhamentos deliberados pelos participantes.

O planejamento do evento iniciou-se ainda no Encontro dos NAPNES de 2025, quando houve a candidatura dos campi Tauá e Boa Viagem para sede do evento posterior. Desde então, com o pleito definido, a equipe começou os trabalhos de organização, os quais foram finalizados em período posterior ao final do evento, com entrega da última etapa da atividade.

REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão da inclusão no campo educacional requer considerar as transformações necessárias nas culturas, nas práticas e nas relações que constituem as instituições de ensino, e essa não seria uma preocupação ausente nesse evento. Entendíamos que éramos atores importantes para gerar condições institucionais que agregassem as pautas de interesse de nossa comunidade institucional e que ao mesmo tempo refletissem respeito às mais recentes diretrizes legais e discussões acerca da temática da inclusão de pessoas com deficiência na Educação Profissional Tecnológica e no Ensino Superior.

Essa nossa compreensão aproximou-se da perspectiva apresentada por Cunha e Silva (2015), para quem é necessário "[...] criar na instituição a cultura da 'educação para a convivência', possibilitando a aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra de barreiras arquitetônicas, educacionais e de comunicação". A ideia de uma cultura de convivência desloca a discussão sobre inclusão de uma perspectiva exclusivamente técnica ou assistencial para uma dimensão institucional e relacional. Partimos não da lógica da adaptação - que é importante, mas que coloca em segundo lugar a necessidade das pessoas com deficiência e público-alvo da Educação Especial - mas sim da acessibilidade, pensando os espaços, recurso, procedimentos e estratégias para que

atendessem as condições que determinamos como padrão: a de a diversidade devesse ser reconhecida como elemento constitutivo da comunidade educativa.

Nesse sentido, também compreendemos que a transformação institucional exige a revisão das formas de organização e participação que estruturam o cotidiano educacional. Mantoan (2006, p. 41) destaca a necessidade de:

> "[...] reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico entre professores, administradores, funcionários e alunos, porque são habilidades mínimas para o exercício da verdadeira cidadania".

A perspectiva apresentada pela autora permite compreender que a inclusão se efetiva por meio de medidas específicas destinadas aos estudantes que demandam acessibilidade, mas principalmente pela construção de uma organização institucional capaz de favorecer a participação e o diálogo entre os diferentes sujeitos que dela fazem parte. Nesse sentido, tentamos nos imbuir do mote principal daqueles que advogam pelo direito das pessoas com deficiência: o Nada sobre Nós sem Nós. Entendemos esse princípio como norteador da nossa organização, primeiro, por escutar as demandas do coletivo deixadas no Encontro anterior, demandas essas de muitas pessoas com deficiência e de militantes da pauta da inclusão; e também por garantir que houvesse a participação desse mesmo perfil nas comissões que instituímos.

Em instituições complexas, como os Institutos Federais, que possuem um perfil diferente das escolas regulares e das universidades, as ações de acessibilidade envolvem distintas dimensões e demandam a articulação entre profissionais, setores administrativos e pedagógicos, gestores, docentes, estudantes e comunidade externa. A construção de respostas para as demandas de inclusão depende, assim, da capacidade institucional de reconhecer diferentes conhecimentos e experiências e de transformá-los em ações coletivas. É nesse contexto que os NAPNEs se tornam tão importantes.

Ainda que outros setores resolutivos devam ser acionados para a implementação de novas políticas e medidas, como a Reitoria, as Pró-Reitorias e as Direções-Gerais, é nos NAPNEs que muitas vezes essas demandas são primeiramente detectadas. Nesse intento, pode-se afirmar que nenhum setor melhor do que os NAPNEs existe no quesito saber como tem sido a vivência e a experiência dos nossos servidores e alunos com deficiência. Percorrendo essa linha de pensamento, quisemos construir um evento que

pudesse facilmente ter identificação nos diferentes NAPNEs e que atendesse suas demandas de discussão e encaminhamentos.

Como dito anteriormente, os NAPNEs prestam detida atenção a realidade das pessoas com deficiência que fazem parte de seus *campi*, sejam elas servidores ou estudantes. Mas é preciso convir que dentre esses dois grupos, são nossos alunos com deficiência que apresentam um grau de vulnerabilidade maior, principalmente por serem muitas vezes, sujeitos em situação de vulnerabilidade social. Nesse sentido, Bortolini (2012) ressalta que, para atender aos estudantes de acordo com suas necessidades, é necessário que a instituição disponha de profissionais com conhecimentos especializados, capazes de reconhecer as especificidades dos alunos e atuar de maneira transformadora. Para a autora, "[...] para proporcionar uma educação inclusiva que atenda aos alunos de acordo com suas necessidades, caberá à instituição prover professores que possuam um conhecimento especializado para atender essa demanda" (Bortolini, 2012, p. 105).

A formação, contudo, não ocorre somente em espaços institucionalmente definidos como cursos, capacitações ou atividades acadêmicas. Eventos como o Encontro dos NAPNEs também possuem esse papel. Por isso, esse princípio de proporcionar um ambiente formativo que pudesse tocar necessidades dos integrantes dos NAPNEs, mas que pudesse apresentar, sobretudo, estratégias que viessem a afetar positivamente a realidade dos nossos estudantes, guiou-nos em todas as nossas decisões.

Outro ponto importante que levamos conosco, foi a compreensão de que nossas próprias experiências coletivas de trabalho e reflexão constituem espaços formativos. Muito do que fazemos, ainda que guiados por diretrizes, preceitos e regulamentações, surge do nosso saber-fazer empírico que surge a partir das nossas ações que muitas das vezes se dão de maneira inédita à nossa experiência ou a de um parecer prévio já bem definido. É nessa direção que El Andaloussi (2003), ao discutir a pesquisa-ação, afirma que "[...] ao participar das discussões, reflexões e avaliações múltiplas possibilitadas pela pesquisa-ação, os atores adquirem conhecimentos novos, fontes de novas necessidades de formação e de ampliação de horizontes" (El Andaloussi, 2003, p. 139). Embora o presente trabalho não se caracterize como uma pesquisa-ação, essa compreensão a partir do empirismo que muitas vezes marca nosso trabalho, foi importante para pensar a experiência coletiva como processo de aprendizagem, no qual os sujeitos envolvidos podem produzir conhecimentos a partir da reflexão sobre suas próprias práticas.

ISSN: 2358-8829

Essa dimensão formativa é particularmente relevante quando se considera a atuação dos NAPNEs no IFCE. A Resolução CONSUP/IFCE nº 143, de 20 de dezembro de 2023, que dispõe sobre o Regulamento dos NAPNEs, estabelece entre as competências desses núcleos a disseminação da cultura da inclusão no âmbito institucional, a implementação de políticas de acesso, permanência e conclusão com êxito dos estudantes com necessidades específicas e o estímulo ao espírito de inclusão na comunidade interna e externa. O documento também atribui aos NAPNEs a responsabilidade de fomentar uma cultura de educação para a convivência e a aceitação da diversidade, promovendo a superação de barreiras atitudinais, metodológicas, comunicacionais, arquitetônicas, instrumentais e programáticas (IFCE, 2023).

O NAPNE deve ser sempre um espaço de articulação institucional, capaz de contribuir para que a inclusão seja incorporada ao planejamento e às diferentes dimensões da vida acadêmica. Existe sim a perspectiva do atendimento individualizado e execução de ações de acessibilidade, mas suas atribuições vão além disso: envolve também articulação entre diferentes setores da instituição, a participação nas discussões relacionadas às políticas de ensino, pesquisa, extensão (o tripé da educação federal, pública e gratuita) assim como aspectos de gestão e governança, a proposição de ações para os instrumentos de planejamento institucional e o assessoramento aos dirigentes em questões relacionadas à inclusão e à acessibilidade (IFCE, 2023).

É nesse mesmo sentido que a Resolução CONSUP/IFCE nº 143/2023 estabelece, em seu Art. 30, a realização dos encontros gerais dos NAPNEs, determinando que estes ocorram, no mínimo, uma vez por ano. A normativa atribui à Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), por intermédio da Coordenação de Acessibilidade e Inclusão (COAI), a convocação dos representantes dos NAPNEs para participação nesses encontros e determina que a comissão organizadora produza relatório contendo o registro das contribuições e proposições construídas durante o evento (IFCE, 2023).

Se, conforme Cunha e Silva (2015), a construção de uma cultura de educação para a convivência pressupõe a superação de barreiras e, conforme Mantoan (2006), a inclusão demanda espaços de cooperação e diálogo entre os diferentes sujeitos da comunidade educativa, a realização de um encontro institucional voltado aos NAPNEs torna-se de fato, uma oportunidade concreta para que esses princípios sejam exercitados na prática.

Do mesmo modo, a perspectiva formativa discutida por Bortolini (2012) e El Andaloussi (2003) permite considerar que a participação em processos coletivos de

discussão, planejamento, avaliação e tomada de decisões pode produzir aprendizagens que ultrapassam os limites da atividade específica em que são construídas. Imbuídos de todos os preceitos acima discutidos, a partir da seção seguinte, o foco será na descrição e na análise do processo de organização e realização do XI Encontro dos NAPNEs do IFCE. Contaremos como fizemos o nosso máximo para que os conceitos acima debatidos se materializassem num evento robusto no sentido acadêmico, científico e institucional, mas que fosse ao mesmo tempo um espaço afetivo, acolhedor e de potência.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A distribuição das edições entre diferentes regiões do estado e a adoção de formatos presencial, remoto e itinerante foi importante para descentralizar a escolha das sedes no intuito de não apenas privilegiar a capital do estado, Fortaleza, mas que pudesse também visitar suas diferentes regiões - os sertões Central e do Cariri, as regiões de montanha e também o litoral. Além disso, foi considerado viável a articulação intercampi, sendo até mesmo possível sedes duplas ou triplas, dando ao evento o devido reconhecimento merecido como um espaço ímpar de formação, diálogo e construção coletiva das políticas de acessibilidade do IFCE. É nesse contexto de continuidade e, ao mesmo tempo, de renovação das experiências que se insere o XI Encontro dos NAPNEs do IFCE, realizado no Ceará em outubro de 2025, nos campi de Boa Viagem e Tauá.

A organização de um evento dessa dimensão, como é de se esperar, envolveu muitos servidores, entre docentes e técnicos administrativos (do IFCE e de outros IFs, como os de Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe, Bahia, Rio Grande do Sul e São Paulo), estudantes, comunidade externa, e diferentes setores do próprio IFCE - como os Departamentos de Administração e Planejamento (DAPs), os NAPNEs dos dois campi-sede, o Departamento de Comunicação Social (DCS), a COAI, a PROEXT, duas Coordenações de Extensão e duas Direções-Gerais - formando uma equipe grande para agregar conhecimentos relacionados à acessibilidade, à gestão, à formação e à participação da comunidade acadêmica.

Para além dos resultados diretamente observáveis no evento, o processo de organização, por si só, foi considerado pela equipe organizadora como uma experiência formativa, marcada por decisões coletivas, desafios, negociações, aprendizagens e pela

necessidade de articular diferentes perspectivas em torno de um objetivo comum: promover um encontro acessível, participativo e coerente com os princípios que orientam a atuação dos NAPNEs. Importante destacar que os coordenadores dos dois NAPNEs dos campi-sede dos campi-sede ainda não haviam experienciado a organização de evento com escala tão grande, de nível estadual e regional.

Em se tratando do planejamento propriamente dito, a ponto de partida para a organização do XI Encontro dos NAPNEs do IFCE pode ser situado no X Encontro, realizado em novembro de 2024, no Campus Guaramiranga. Na ocasião, as discussões entre representantes dos diferentes NAPNEs apontaram que parte significativa das demandas relacionadas ao fortalecimento das políticas institucionais de acessibilidade estava diretamente vinculada à oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE), direito dos estudantes público-alvo da Educação Especial. Naquele momento, o IFCE ainda não contava com servidores ou profissionais terceirizados destinados à oferta desse atendimento.

Além da reivindicação pela contratação de profissionais para o AEE, também foram apontadas outras necessidades, como a disponibilização de espaços físicos adequados, por meio da implantação de Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs), a ampliação das ações de formação continuada para docentes e o fortalecimento da formação institucional para a elaboração e implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI). Essas demandas passaram a integrar o debate institucional nos anos seguintes. Em agosto de 2025, foi publicado o regulamento do PEI-AC e, em agosto de 2026, lançado o Guia de Implementação do PEI-AC. No mesmo processo de avanço das políticas de inclusão, em 2026, o IFCE realizou o primeiro concurso para docentes do AEE, com posse prevista para os últimos meses do ano.

É nesse percurso de reivindicações, avanços e desafios que se encontrou a organização do XI Encontro dos NAPNEs. Sabemos que esse espaço é uma oportunidade muito importante de diálogo, avaliação das políticas institucionais e construção coletiva de estratégias para a acessibilidade e a inclusão. E mais do que isso, são em momentos como esse que muitas de nossas reivindicações coletivas ganham força e tornam-se mais próximas de sua concretude.

Outra importante discussão advinda do X Encontro dos NAPNEs foi a alocação da COAI e dos NAPNEs dentro do organograma institucional da PROEXT, considerando que muitas demandas dos alunos com deficiência não necessariamente se alinham com a

extensão, mas muito mais com o ensino. As discussões empreendidas no campus Guaramiranga deixaram claro que, embora os núcleos estivessem vinculados administrativamente à PROEXT, suas ações atravessavam diferentes dimensões da vida acadêmica, envolvendo acompanhamento pedagógico, orientação de docentes, acessibilidade curricular, formação, extensão e produção de conhecimentos. E é nesse contexto transversal que o NAPNE deveria se situar. A ideia para a temática da décima-primeira edição ganhou existência a partir desse momento.

O estopim para a escolha do local aconteceu no último dia do X Encontro, durante a plenária final, quando os campi de Boa Viagem e Tauá obtiveram o mérito de próximas sedes do Encontro. A escolha dessas duas cidades se deveu muito ao fato da necessidade de interiorizar as discussões institucionais sobre inclusão e acessibilidade que ganham uma forma específica quando levamos em consideração a vivência dos servidores e estudantes com deficiência que vivem nos interiores do estado - principalmente no sertão, especialmente nos quesitos deslocamento, acessibilidade arquitetônica dos campi e questões de oportunidade à renda e independência.

Outro motivo que contribuiu para que os dois campi pudessem ser escolhidos foi o longo histórico de parceria entre eles, e consequentemente, suas duas direções-gerais na realização de outros eventos, além da sinergia apresentada entre os NAPNEs dos dois campi, principalmente na articulação entre os seus dois coordenadores, a enfermeira Sharlene Alves do campus Tauá, e o docente de Libras do campus Boa Viagem, Leonardo Barros. A possibilidade de haver um evento que em houvesse tanto a representatividade de técnicos-administrativos e docentes na coordenação geral de um evento desse porte, seria uma oportunidade importante de unir essas duas categorias tão valiosas para a Educação Profissional Tecnológica, que já vinha estremecida do período da última greve de 2024.

Compreendendo que haveríamos de realizar um evento estadual para contemplar 33 campi, e considerando o dito acima que os NAPNEs encontram-se dentro do organograma institucional dentro da PROEXT, a realização do encontro só foi possível pelo constante apoio e supervisão, em termos logísticos e financeiros, da PROEXT, principalmente nas figuras da Pró-Reitora de Extensão Ana Cláudia Uchôa e a Coordenadora do Departamento de Extensão Cultural e Social (DESC), Cristiane Sousa da Silva. A presença da PROEXT também se deu pela atuação da COAI, que coordena

todos os NAPNEs, através da figura do sempre presente e solícito Felipe Santiago Freitas de Souza.

Considerando as demandas identificadas no encontro anterior e todos os parceiros institucionais envolvidos, iniciamos as discussões de planejamento do XI Encontro de maneira oficial em 22 de janeiro de 2025, exatos nove meses antes do primeiro dia de realização. Neste momento definimos coletivamente o tema do XI Encontro, que viria a ser: “Inclusão em Movimento: Saberes e Práticas que Integram Ensino, Pesquisa e Extensão”. A escolha do tema buscou expressar a compreensão de que a inclusão demanda ações articuladas entre as diferentes dimensões da atuação institucional, valorizando os conhecimentos e as práticas produzidos nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão, reforçando a ideia acima trabalhada que os NAPNEs situam-se num contexto transversal, ainda que no organograma encontrem-se dentro do guarda-chuva de atuação da PROEXT.

Desde essa etapa inicial, a acessibilidade foi assumida como princípio orientador não apenas da programação, mas também das condições concretas de realização do encontro. Como parte desse processo, em 29 de janeiro, a coordenação do NAPNE do Campus Boa Viagem realizou um levantamento das condições de acessibilidade arquitetônica do campus, contemplando salas de aula, banheiros, corredores, refeitório, estacionamento, biblioteca e auditório, tendo como referência os critérios estabelecidos pela ABNT NBR 9050:2020.

Ao longo dos meses seguintes, outras reuniões de planejamento, realizadas entre fevereiro e setembro de 2025, deram continuidade ao processo de construção coletiva do evento. Nesse período, foram definidas, por meio de portarias institucionais, as Comissões Organizadora, Científica e Logística, responsáveis por diferentes dimensões do planejamento e da execução do encontro. Além das reuniões gerais, foram realizados encontros específicos das comissões, nos quais se aprofundaram a definição das temáticas, a estruturação da programação, a distribuição de responsabilidades entre as equipes, a organização da apresentação de trabalhos, a discussão de custos e parcerias, o planejamento das estratégias de acessibilidade e os ajustes necessários à execução do evento.

Outra iniciativa inédita foi a realização do “Dia Zero”, encontro virtual preparatório que antecedeu a abertura oficial e teve como finalidade alinhar informações sobre programação, logística, espaços e formas de participação, principalmente considerando

que muitos dos participantes não conheciam as cidades de Boa Viagem e Tauá, e que muitos participantes inclusive seriam de outros estados. Tanto a criação do guia acessível, quanto o Dia Zero do XI Encontro e a ampla cobertura nas páginas do Instagram dos NAPNEs dos campi de Boa Viagem e Tauá foram imensamente elogiadas pelos participantes e motivo de muito orgulho para os organizadores.

Esse processo culminou na realização do XI Encontro dos NAPNEs, entre os dias 22 e 24 de outubro de 2025, nos campi Boa Viagem e Tauá. Com aproximadamente 120 participantes, entre servidores, estudantes, familiares, representantes de secretarias municipais de educação, lideranças comunitárias e convidados de outros Institutos Federais, o encontro articulou mesas-redondas, oficinas, grupos de trabalho, apresentação de pôsteres e atividades culturais.

O XI Encontro dos NAPNEs teve início na quarta-feira, 22 de outubro de 2025, no IFCE Campus Boa Viagem. Com o eixo temático relacionado à extensão e à inclusão, o primeiro dia foi marcado pelo acolhimento dos participantes, pela abertura institucional e pela realização da mesa-redonda “Como os caminhos da extensão e da inclusão se conectam”. As discussões se concentraram na contribuição das ações extensionistas para a promoção da acessibilidade, destacando experiências relacionadas à formação continuada, à concessão de bolsas de extensão, à realização de eventos formativos e ao uso de tecnologias digitais como recursos de ampliação da participação educacional. O primeiro dia foi encerrado com a apresentação do espetáculo “Vozes Silenciadas”, interpretado por Lyvia Cruz, Renata Freitas e Gracy Kelly, cuja dimensão artística contribuiu para ampliar as reflexões sobre experiências historicamente silenciadas de mulheres surdas sertanejas, diversidade, direitos humanos e inclusão.

Em 23 de outubro, as atividades tiveram continuidade no IFCE Campus Tauá, tendo como eixo central as relações entre ensino e inclusão. A programação foi iniciada com a mesa-redonda “O lugar da inclusão no ensino: o nosso desafio de cumprir as normativas legais e as resoluções institucionais”, que possibilitou discutir os desafios relacionados à efetivação das políticas de inclusão no cotidiano acadêmico. Entre os aspectos abordados, destacaram-se a organização institucional das políticas de acessibilidade, a formação docente e a atuação de equipes multiprofissionais no acompanhamento dos estudantes.

Na sequência, a discussão sobre o PEI-AC buscou apresentar aos participantes da sessão estratégias voltadas às adaptações curriculares e ao acompanhamento educacional

de estudantes com deficiência, enquanto a atividade sobre formação continuada ampliou o debate para a qualificação dos profissionais da educação.

Em seguida, foi apresentado o Projeto Pró-Diversidade, iniciativa voltada à oferta de oportunidades de formação inicial e continuada para servidores que atuam na área da inclusão, oferecendo oportunidades de qualificação aos integrantes dos núcleos de inclusão das universidades e institutos federais. A apresentação da iniciativa colocou no centro a discussão sobre a importância da formação como dimensão fundamental para a consolidação de políticas inclusivas, especialmente diante da diversidade de demandas presentes no cotidiano das instituições da Rede Federal.

Ainda no segundo dia, o intercâmbio com representantes de outros Institutos Federais do Nordeste, a saber Bahia, Rio Grande do Norte, Alagoas e Sergipe, nos permitiu conhecer diferentes formas de organização das políticas de acessibilidade e inclusão na Rede Federal. Foram compartilhadas experiências relacionadas à presença de profissionais do AEE e à constituição de equipes multiprofissionais, incluindo psicopedagogos, ledores, transcritores e outros profissionais especializados.

Esse momento foi muito significativo pois nele foi possível que os participantes confrontassem diferentes realidades institucionais e refletissem sobre possibilidades de fortalecimento das estruturas existentes no IFCE. As atividades culminaram na formação de grupos de trabalho - divididos em três grupos, cada qual tratando sobre o tripé da educação federal, ensino, pesquisa e extensão - nos quais os participantes puderam apontar como a pauta da inclusão poderia ser melhor cuidada e investida dentro de nossos muros institucionais.

O terceiro e último dia, realizado em 24 de outubro, também no Campus Tauá, foi dedicado à relação entre pesquisa e inclusão, incorporando uma importante dimensão acadêmico-científica ao encontro. Pela primeira vez nesta edição, foram realizadas apresentações de trabalhos científicos, totalizando 17 trabalhos voltados a diferentes experiências, pesquisas e práticas relacionadas à acessibilidade, à inclusão educacional, às tecnologias assistivas e às políticas institucionais para pessoas com deficiência.

A programação também contou com a mesa-redonda “A pesquisa na temática da acessibilidade e inclusão no IFCE”, que possibilitou a socialização de iniciativas desenvolvidas na instituição, contemplando pesquisas, programas e projetos voltados à formação, à produção de conhecimentos, ao desenvolvimento de tecnologias assistivas e à ampliação das condições de acessibilidade educacional. Entre as experiências

apresentadas, destacou-se o Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede (PROFEI), iniciativa voltada à formação em nível de pós-graduação e à produção de conhecimentos no campo da educação inclusiva, além de projetos como a Biblioteca Acessível, a Casa Acessível e o Piso Tátil Acessível e da implantação de Salas Braille nos campi Fortaleza e Quixadá.

Na etapa final do encontro, os participantes reuniram-se em plenária para socializar as reflexões e os encaminhamentos construídos pelos grupos de trabalho no dia anterior. Esse momento possibilitou sistematizar proposições relacionadas ao fortalecimento das políticas institucionais de inclusão e reafirmou o caráter participativo dos Encontros dos NAPNEs. Na ocasião, também foi realizada a escolha do Campus Tianguá como sede do XII Encontro dos NAPNEs, previsto para 2026, após a apresentação das candidaturas dos campi Crato, Fortaleza, Canindé e Tianguá. O encerramento contou ainda com a apresentação do espetáculo “Areal”, pelo Coral do IFCE, articulando a dimensão cultural às discussões desenvolvidas ao longo dos três dias.

Um dos maiores legados - senão o maior - da edição de 2025 do Encontro dos NAPNEs definitivamente foi a sessão de apresentação de trabalhos científicos. A abertura para submissão e apresentação de resumos e a posterior apresentação no formato de pôster possibilitou que pesquisas, práticas pedagógicas, projetos de extensão e experiências institucionais relacionadas à acessibilidade e à inclusão fossem socializados entre os participantes, organizados nos eixos Ensino e Inclusão, Extensão e Inclusão e Pesquisa e Inclusão.

Paralelamente, a presença de representantes de NAPNEs e setores relacionados à acessibilidade de outros Institutos Federais do Nordeste, bem como de integrantes do Programa Pró-Diversidade da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (SETEC/MEC), deixou mais forte o intercâmbio de experiências para além do IFCE. A participação desses diferentes atores tornou possível o contato com outras formas de organização das políticas de inclusão e favoreceu a construção de diálogos interinstitucionais em torno de desafios comuns à Rede Federal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A organização do XI Encontro dos NAPNEs produziu aprendizagens que ultrapassaram a realização do evento propriamente dito. Este trabalho teve como objetivo

relatar a experiência da construção coletiva de um evento intercampi na seara da inclusão e acessibilidade. No intento, ao longo dos nove meses de planejamento, diferentes situações exigiram da equipe organizadora conhecimentos técnicos e administrativos, mas também capacidade de diálogo, negociação, delegação, tomada de decisão e manejo das relações interpessoais. Nesse sentido, olhar retrospectivamente para a experiência permite identificar aspectos que podem contribuir para o planejamento de futuras edições e, de maneira mais ampla, para o próprio funcionamento dos NAPNEs.

Em relação à nossa organização interna, aprendemos, na prática, que é mais produtivo contar com um núcleo reduzido de coordenadores, responsável pelo acompanhamento geral, e delegar às diferentes frentes de trabalho às comissões constituídas, do que concentrar em vários coordenadores a distribuição e o acompanhamento de todas as tarefas. A constituição de diferentes comissões foi fundamental para contemplar as diversas dimensões do evento e, ao mesmo tempo, distribuir responsabilidades entre um número maior de pessoas.

Contudo, essa estratégia somente funciona quando a delegação é acompanhada da definição clara de responsabilidades, prazos e formas de acompanhamento. Foi necessário, portanto, aprender a delegar sem perder de vista o andamento do conjunto, acompanhando os encaminhamentos e confiando nos responsáveis por cada frente de trabalho. A experiência nos mostrou que uma equipe pequena pode coordenar uma atividade de grande dimensão quando consegue mobilizar diferentes pessoas, distribuir responsabilidades e reconhecer que nenhuma pessoa ou grupo precisa - e nem deve - concentrar tudo.

Por fim, a experiência do XI Encontro ocorreu em um momento particularmente significativo para as discussões nacionais sobre a educação especial inclusiva. Apenas dois dias antes do início do evento, em 20 de outubro de 2025, foi publicado o Decreto nº 12.686, que instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. A proximidade entre a publicação do novo marco normativo e a realização do encontro conferiu atualidade às discussões que atravessaram sua programação, especialmente aquelas relacionadas ao AEE, à acessibilidade, à formação dos profissionais da educação, à eliminação de barreiras e à articulação entre diferentes sujeitos e setores. Posteriormente, o Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025, alterou dispositivos do Decreto nº 12.686, incorporando modificações relacionadas, entre outros aspectos, à organização do sistema educacional

inclusivo, ao Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e ao PEI, à formação dos profissionais do AEE e à atuação dos profissionais de apoio escolar.

Esse contexto reforça a compreensão de que os desafios enfrentados pelos NAPNEs não podem ser compreendidos de maneira isolada, pois estão relacionados a transformações mais amplas na política educacional brasileira. A realização do XI Encontro, portanto, coincidiu com um período de atualização e redefinição das diretrizes nacionais para a educação especial inclusiva, tornando ainda mais necessária a existência de espaços institucionais de diálogo, interpretação das mudanças normativas e construção coletiva de estratégias para sua implementação. Para nós, essa coincidência temporal também reforçou a percepção de que os Encontros dos NAPNEs não são apenas momentos de formação, mas espaços importantes de acompanhamento, discussão e participação na construção das políticas de inclusão que incidem diretamente sobre o cotidiano institucional.

Palavras-chave: Inclusão; Acessibilidade; Educação; Evento.

REFERÊNCIAS

BORTOLINI, Sirlei. **Desafios e estratégias para tornar o IFRS – Campus Bento Gonçalves uma escola inclusiva.** 2012. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

CUNHA, Ana Lídia Braga Melo; SILVA, Lenina Lopes Soares. A produção do conhecimento sobre o programa TEC NEP nos programas de pós-graduação no Brasil: 2000–2014. In: COLÓQUIO NACIONAL, 3., 2015, Natal. **Anais eletrônicos...** Natal: IFRN, 2015. Disponível em: http://ead.ifrn.edu.br/portal/wp-content/uploads/2016/01/Artigo-24.pdf. Acesso em: 8 set. 2026.

EL ANDALOUSSI, Khalid. **Pesquisa-ação:** ciências, desenvolvimento, democracia. São Carlos: EdUFSCar, 2004.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ. Conselho Superior. Resolução CONSUP/IFCE nº 143, de 20 de dezembro de 2023. **Dispõe sobre o Regulamento dos Núcleos de Acessibilidade às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNEs.** Fortaleza: IFCE, 2023.

ISSN: 2358-8829

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.